

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: GESTÃO TERRITORIAL COMO FERRAMENTA NA CONSTRUÇÃO DE BASES EMANCIPATÓRIAS

Data de aceite: 26/01/2024

Viviane Rosana da Silva

Pós-graduanda em Educação do Campo -
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
- Av. Oscar Pontes, Calçada, Salvador
- BA

RESUMO: O presente estudo, trata-se de iniciativa de pesquisa independente, a partir de um trabalho de consultoria realizado na região da Serra do Padeiro, em ação da Cooperativa Agropecuária Tupinambá Boiadeiro Indígena - CATUBOI, em parceria com o Fundo Casa Socioambiental, compondo o Projeto de Gestão Ambiental e Agroecológica que visa consolidar ações já iniciadas no território. Como fragmento do Projeto Gameleira: plano de gestão ambiental e agroecológica da Serra do Padeiro, a noção dos APL's como referencial teórico, contribui no processo de integração dos núcleos produtivos já existentes na localidade, fomentando relações de cooperação e apoio mútuo, planejamento participativo e governança exercida por um conjunto de agentes que representam, não apenas os produtores, mas que também conta com a participação dos jovens e das mulheres que integram as

bases de resistência da comunidade. Em meio às diversas crises e precarizações que atingem os meios de produção nas últimas décadas, se faz necessário e urgente a busca por mudanças de paradigmas que atinjam pequenos produtores/prestadores de serviços não somente para que cresçam e se desenvolvam isoladamente, mas formando associações que beneficiem as regiões onde estes núcleos estão localizados. Aliar os conceitos de Arranjos Produtivos Locais aos processos de gestão territorial já existentes em comunidades estabelecidas nas diferentes regiões do país, não implica a imposição de mais um pensamento genérico e civilizatório para com nossas comunidades. Mais do que isso, é se utilizar das ferramentas e metodologias disponíveis para estruturar relações que contribuam com a formação de bases territoriais sólidas que venham a garantir autonomias, o que se torna crucial em processos de emancipação e fortalecimento territoriais para além das legalidades, em favor do restabelecimento econômico nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Arranjos Produtivos Locais; Emancipação Territorial; Cooperação e apoio mútuo; Solidariedade libertária.

1 | INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, cada vez mais estudiosos têm se debruçado sobre os estudos relacionados a Arranjos Produtivos Locais, essencialmente, a partir do ano de 1970, porém, alguns dos referenciais que contribuem para a sua compreensão estão presentes na literatura desde o século XIX. As discussões relacionadas ao assunto costumam levar ao economista britânico Alfred Marshall, que começou a divulgar algumas ideias sobre aglomerações de empresas em seu livro “Princípios da Economia”, em 1890. Os estudos de Marshall foram baseados em distritos industriais na Grã-Bretanha, onde foram identificados excelentes resultados econômicos em decorrência da concentração de determinadas atividades espacialmente localizadas (SANTOS, 2005).

A década de 1970 tornou-se referência por ser considerado o período do ponto de inflexão da organização dos meios de produção, abrindo espaço para um novo paradigma produtivo que tem como característica essencial a produção flexível, se contrapondo aos modelos de produção em massa (fordismo, taylorismo) que se propagavam mundo afora naquele momento - e ainda bastante enraizados na cultura produtiva brasileira (SANTOS, 2005).

Ocorreram nesta década, grandes mudanças na economia mundial com os avanços do processo de globalização e a abertura das economias nacionais, e também uma série de transformações radicais nas formas e nos modos de produção e, a partir deste momento, cada vez mais estudiosos passaram a dedicar-se sobre análises da influência da dimensão local e da proximidade espacial no desempenho competitivo e inovativo das empresas.

As profundas transformações ocorridas no sistema capitalista somadas às percepções de que as abordagens tradicionais (baseadas nos modelos de produção em massa) eram incapazes de definir políticas eficazes para reverter as fragilidades econômicas e estruturais de diferentes regiões industriais, contribuíram para o surgimento de procedimentos concentrados na importância da dimensão local para a coordenação das atividades econômicas e tecnológicas em andamento (SANTOS, 2005).

Tendo em vista todas as fatalidades e precarizações crescentes nas diversas camadas do setor produtivo brasileiro (como em tantas outras regiões do globo) já há algumas décadas, intensificadas aos extremos em decorrência da pandemia e da ausência do Estado como subsidiário das mudanças necessárias, entende-se que o fomento à associação de diversos arquétipos organizacionais territorialmente localizados que interagem entre si, contribuem com o desenvolvimento regional a partir de suas demandas e necessidades e, de mesmo modo, de suas potencialidades. Assim sendo, pretende-se com esta modesta contribuição com a pesquisa no que se refere aos meios de

produção, que estas mudanças de paradigma - que também dialogam com conhecimentos ancestrais das nossas comunidades tradicionais - possam orientar relações de pequenos empreendimentos e núcleos produtivos da maneira mais abrangente possível, visando impactos positivos no fortalecimento econômico nacional.

2 | ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Arranjos Produtivos Locais são um aglomerado de empresas localizadas em um mesmo território, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas, que mantenham vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais como órgãos governamentais, empresas privadas, instituições de ensino, pesquisa, financiamento, entre outras. As empresas que constituem o aglomerado podem ser tanto produtoras de bens e/ou serviços, como fornecedoras, comercializadoras, etc (SEBRAE, 2017). Na concepção da Rede de Pesquisa em Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais - REDESIST - o conceito é adotado para identificar “aglomerações produtivas cujas articulações entre os agentes locais não é suficientemente desenvolvida para caracterizá-las como sistemas”. Sistemas Produtivos Locais seriam aglomerações produtivas especializadas de “tipo ideal”, com forte capacidade intrínseca para a geração de inovações.

Especialistas brasileiros e internacionais consideram a abordagem dos APL's como a mais relevante política industrial das últimas décadas, como proposta analítica desenvolvida para a compreensão dos fenômenos de desenvolvimento produtivo territorial e que têm tido sucesso notável, tanto na literatura como na política de desenvolvimento produtivo (CASSIOLATO, 2019).

Não há na literatura um consenso sobre a definição de aglomerações. A depender da linha de pesquisa do autor, é possível encontrar situações em que são denominados como distritos industriais, *clusters*, sistemas nacionais e regionais de inovação, sistemas produtivos locais ou arranjos produtivos locais (SANTOS, 2005). Cada uma destas abordagens, busca levar em consideração as relações empíricas de cada região, todavia, é possível identificar preocupações semelhantes e conclusões fundamentadas em fenômenos que também apresentam atributos similares em diversos ambientes, abaixo algumas das características consideradas principais para o entendimento de uma aglomeração como sendo um Arranjo Produtivo Local:

- Agentes localizados em uma mesma dimensão territorial;
- diversidade de atividades e dos sujeitos envolvidos (agentes econômicos, políticos e sociais);
- conhecimento tácito das principais atividades produtivas, ou seja, o conhecimento não codificado, adquirido e repassado, essencialmente, por meio da interação;

- existência real ou potencial de processos de inovação e aprendizados interativos;
- governança exercida por um conjunto representativo (sindicatos ou associações).

Paulo Fernando Cavalcanti Filho, doutor em Economia pela UFRJ e coordenador do Núcleo de Estudos em Tecnologia e Empresas - NETE - explica que, diferente de outros empreendimentos coletivos, o APL não está organizado sob a forma de pessoa jurídica, nem é determinado por um contrato, mas é formado por um conjunto de relações entre atores diversificados, podendo as empresas envolvidas participarem de etapas diversas dos processos produtivos ou de apenas uma delas (SEBRAE, 2017). Considera fundamental também para a especificação de um APL, a história do local onde ele se estrutura, uma vez que cada território possui suas particularidades e especificidades, a cultura local irá direcionar as relações estabelecidas, bem como as inovações a partir destas relações.

O crescimento na literatura sobre APL's nos últimos anos, talvez se deva pelas vantagens competitivas geradas em favor dos empreendimentos nele localizados, alcançadas, essencialmente, através da cooperação. A noção de APL busca destacar o vínculo das unidades produtivas com o território na relação específica de produção e distribuição, mas também pela presença de externalidades resultantes das interações com agentes públicos e privados voltados para a capacitação tecnológica, gerencial e financeira.

Uma grande vantagem derivada da complementaridade das empresas constituídas em um APL está relacionada ao *marketing*. A existência de grupos de empresas de setores correlatos em uma mesma localidade, permitem a utilização de ferramentas de *marketing* em conjunto, o que resulta na promoção da reputação da região, aumentando a probabilidade de os consumidores levarem essa reputação em conta no momento de decidirem pela compra.

Um exemplo de Arranjo Produtivo Local já estabelecido no país é o **Pólo Moveleiro de Marco**, pequena cidade do interior do estado do Ceará que, há pouco mais de duas décadas, abrigava, essencialmente, trabalhadores rurais, algumas atividades governamentais e pequenas empresas. A partir da iniciativa de um empresário do setor moveleiro já estabelecido em Fortaleza, Rogério Aguiar, fundador do grupo Jacaúna (entre os maiores fabricantes de móveis do país), ciente de que os poucos empresários locais encontravam muitas dificuldades para conseguir de forma isolada, trazer capacitação e recursos para ampliação das atividades que exerciam na cidade, incentivou e orientou a formação de uma Associação, além do estabelecimento de novos empreendimentos (SEBRAE, 2017).

Atualmente, são mais de 30 empresas compondo o pólo moveleiro, onde 20 delas estão associadas à FAMA - Fabricantes Associados de Marco. As empresas variam em suas formas e tamanhos, organizações com apenas uma dezena de colaboradores, outras

que empregam centenas de pessoas, atuando em diversos ramos das cadeias produtivas relacionadas à produção de móveis. Algumas trabalham exclusivamente com aço e alumínio, outras com estofados, também produções com cipós, beneficiamento de vidros e etc, onde os associados entendem que as empresas se completam, ainda que algumas tenham produtos similares, procuram não atacar os mesmos nichos de mercado, evitando competições entre elas e tornando o pólo cada vez mais competitivo em nível nacional. As maiores vantagens descritas pelos associados, estão nas trocas de informações e compartilhamento de aprendizados, indicação dos melhores preços e fornecedores e o reconhecimento do design próprio, com produtos de grande valor agregado, desenvolvidos por profissionais locais.

A associação, de acordo com os empresários, é o que legitima o APL, que vai tomando forma de acordo com o estabelecimento das empresas que integram a associação. Nas assembleias, que são efetuadas até com certa informalidade, os associados tratam dos temas mais diversos como responsabilidades sociais, treinamento de funcionários, participação em feiras regionais, comercializações em conjunto, além de convidarem representantes de instituições que atuam na região e fazem questão de comparecer, sentindo-se parte das ações. O grupo busca, atualmente, apoio governamental para construção de uma escola técnica para capacitação de jovens em busca de primeiro emprego. O Grupo Jacaúna, rede do empresário que incitou a formação da Associação, também tem investido no cultivo de eucaliptos e outras espécies nobres utilizadas na fabricação dos móveis, com o objetivo de suprir toda a demanda local. Com 600 ha de área já plantada e mais 300 ha em andamento, o empresário pretende apresentar projeto para que outros interessados também se juntem na empreitada (MARCO, 2021).

No dia 01 de junho de 2022, a FAMA juntamente com o Sindicato das Indústrias de Mobiliário do Ceará - SindMóveis - organizou a 3ª edição do Salão de Móveis do Ceará, na cidade de Marco, recebendo mais de 80 compradores de diversas regiões do país, considerado um sucesso pelos empresários, consolidando-se, segundo os mesmos, como “importante evento nacional do setor” (MARCO, 2021).

Marshall é considerado um dos pioneiros no entendimento da importância da função das pequenas empresas dentro do sistema econômico, observando o quanto podem beneficiar-se da economia externa, agrupando-se. Deste modo, as mesmas economias que beneficiam as grandes empresas, podem ser incorporadas por pequenos empreendimentos quando concentrados em um mesmo local - o que foi nomeado por “economia externa”, em oposição àquelas relacionadas à coordenação das atividades em uma grande empresa verticalmente integrada. E são diversas as economias asseguradas pela concentração de pequenas empresas, empreendimentos ou núcleos produtivos com características similares em uma mesma dimensão territorial. Três fatores importantes podem ser citados como exemplos de economias externas, derivados da aglomeração de empresas:

1. O estímulo ao surgimento de um mercado de trabalho forte e constante de

trabalhadores especializados.

2. A atração de fornecedores de insumos e serviços especializados para a região, tendo em vista a soma das demandas individuais.

3. A possibilidade de gerar e difundir *know-how* (conhecimento de normas, métodos e procedimentos) e novas ideias (CASSIOLATO, 2019).

Logo, percebe-se que os benefícios gerados pela concentração territorial de empreendimentos estão associados, não somente ao aumento no volume de produção, mas também aos ganhos de organização e desenvolvimento territorial e regional derivados da maior interação entre os atores envolvidos. Sobre isso, podemos citar as palavras de Marshall:

Os segredos da indústria deixam de ser segredos, ficam soltos no ar, de modo que as crianças absorvem grande número deles. Aprecia-se devidamente um trabalho bem feito, discutem-se imediatamente os méritos de inventos e de melhorias de maquinaria, nos métodos e na organização geral da empresa. Se um lança uma ideia nova, ela é imediatamente adotada por outros, que combinam com sugestões próprias e, assim, essa ideia se torna uma fonte de novas ideias. (MARSHALL, 1996, pag. 320).

Contudo, é importante estar atento à algumas advertências relacionadas a deseconomias (grosso modo: aumento no custo unitário de produção) (SUNO, 2021), também consideradas pelo autor, possivelmente decorrentes de aglomerações:

- As referentes a altos custos de mão de obra em decorrência de uma única ou poucas ocupações nas proximidades;
- as relacionadas à fragilidade de economias baseadas em um único produto.

Como solução, é recomendado o estímulo a mais de um tipo de produção principal, possibilitando a oferta de trabalho aos diversos componentes do território e também para o caso de uma ou outra organização entrar em dificuldade, as outras venham a compensar as baixas.

Em se tratando de inovação, os estudos relacionados ao tema sempre serão baseados, não apenas nas inovações em si, mas de mesmo modo, no aprendizado. É essencial, não somente a criação de conhecimento, como também a sua distribuição e aplicação. Nessa perspectiva, é importante destacar como característica decisiva para sistemas de inovação locais eficientes, o desenvolvimento do “aprender fazendo”, “aprender usando” e “aprender interagindo”. Nesse aspecto, o papel fundamental das instituições passa a ser o de promover novos padrões de interação social, estimulando e regulando a difusão tecnológica, elaborando políticas, sistemas educacionais e toda e qualquer atividade que influencie a geração, desenvolvimento, transmissão e utilização de tecnologias em favor das localidades e de seus habitantes.

O enfoque da eficiência de Arranjos Produtivos Locais enfatiza o papel das organizações atuando em ajuda mútua, através da cooperação. Isso deve se dar tanto nas

relações entre as instituições privadas quanto nas ações dos órgão públicos por meio de políticas específicas. Esse tipo de organização se diferencia de um aglomerado passivo de empresas, pois atua de forma coletiva, agrupando atores públicos e privados com interesses comuns, que necessitam de alguns elementos essenciais para consolidar essas ações, que seriam: estabelecimento de relações de confiança entre os atores envolvidos; bases concretas para redes de comunicação; e a consolidação destas ações irá resultar em: proximidade organizacional.

Apesar da formação de um aparente consenso entre especialistas se evidenciando nos últimos anos em relação à importância dos Arranjos Produtivos Locais para o desenvolvimento econômico e social de determinadas regiões, é preciso cuidado para que o que parece uma tendência atual de se fazer dos APL's um dos focos das ações políticas de desenvolvimento econômico e social não acabe por resultar em banalização. Deste modo, se mostra essencial a checagem dos elementos que compõem um APL e a verificação de seu alcance e possibilidade de eficácia. Para tanto, se mostra importante avaliar:

- A estrutura produtiva local.
- O grau de especialização produtiva geral.
- As possibilidades de interação com instituições de pesquisa.
- Interação com instituições locais (instituições empresariais, sindicatos e/ou cooperativas, órgãos públicos, etc.).
- Formas de cooperação entre os agentes locais (consórcios de compras ou de exportação, *marketing*, informações de mercado, fixação de marca, etc).
- A existência de lideranças locais capazes de induzir e/ou fortalecer ações conjuntas entre empresas, instituições locais e apoio do setor público.
- A presença de identidade social, política ou cultural que fortaleça a confiança e as relações locais.
- A qualidade dos processos.
- As possibilidades de qualificação de mão-de-obra e programas de treinamento orientado.
- A formulação e implementação de indicadores de desempenho e sistemas de melhoria e inovação.

2.1 Relações de cooperação e apoio mútuo

Um grande diferencial (e talvez o maior deles) entre as relações estabelecidas pelas organizações que formam um APL e as que compõem aglomerados convencionais onde cada uma atua de maneira isolada, se encontra nas bases de cooperação e apoio mútuo instituídas pelas entidades que constituem um Arranjo Produtivo Local.

Tal qual a crise econômica da década de 1970, o momento pandêmico evidencia tantas outras necessidades de urgentes mudanças estruturais e organizacionais radicais, essencialmente, nos setores produtivo e educacional em nível nacional, e essas mudanças precisam atingir nossas comunidades rurais, camponesas e periféricas na mesma velocidade que beneficiam as regiões urbanas, dado o mesmo caráter de urgência, em se tratando de restabelecimento econômico nacional.

As altas taxas de contaminação do vírus, somadas à ineficiência das medidas de contenção adotadas no país, impulsionaram ações em diversas regiões, forjadas em relações de cooperação e solidariedade entre atores diversificados concentrados em determinadas áreas limitadas, essencialmente, em decorrência de restrições de locomoção ou mesmo impedimentos, como consequência de períodos de *lockdown*.

Ações inicialmente isoladas como a confecção de máscaras e marmitas para serem distribuídas gratuitamente, espalharam-se por toda a parte, nos lembrando das nossas vulnerabilidades e que uma sociedade igualitária se faz com cada um doando conforme permitirem seus recursos e recebendo de acordo com suas necessidades. Dentre muitas outras ações a serem contempladas, podemos citar como exemplo extraordinário de iniciativa que reflete esses valores e também os resgata, conectando a roça à periferia urbana, e que recentemente se tornou um documentário (Do Quilombo pra Favela), surgiu a partir do fechamento das escolas e do rompimento de contratos com a Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira - COOPERQUIVALE, em São Paulo. Impedidos de escoar a produção que era utilizada na alimentação de crianças da rede pública - e a garantia de renda das agricultoras e agricultores quilombolas - após a suspensão de contratos como Programa de Aquisição de Alimentos - PAA ou o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, os quilombolas captaram recursos para remunerar os cooperados e distribuir a produção em favelas e comunidades vulneráveis do estado de São Paulo. A ação resultou em:

- 332 toneladas de alimentos distribuídos;
- 56 variedades de frutas, verduras e legumes (muitos deles desconhecidos pelos contemplados);
- 43 mil pessoas beneficiadas e 11 municípios atendidos;
- R \$1,5 milhões de renda gerada para a COOPERQUIVALE.

Nesse contexto, cabe mencionar a perspectiva do geógrafo e zoólogo russo Piotr Kropotkin (1842-1921) em relação ao apoio mútuo, oferecendo uma outra noção de solidariedade libertária. Suas análises incorrem sobre a noção de que os seres vivos (dentre eles os humanos) tendem a apoiar-se mutuamente para promover a cooperação entre seus semelhantes. Kropotkin sugere que a solidariedade seja uma lei ou fator geral da natureza, responsável por promover possibilidades de respostas eficientes diante das adversidades da vida, como fator de evolução: “apesar da magnitude das hostilidades

e do extermínio entre as várias classes de animais, existe ao mesmo tempo, a mesma quantidade - ou talvez mais - de apoio, ajuda e defesa mútuos entre animais de mesma espécie ou, pelo menos, da mesma sociedade.” (KROPOTKIN, 2021). Ele demonstra a necessidade incontornável da solidariedade como forma de evitar o desaparecimento de espécies e mesmo para garantir seu progresso. Somente a partir do apoio mútuo entre os indivíduos e não da competição entre eles, que a sociedade se tornará mais justa e igualitária (PASSETTI, 2021).

Importante ressaltar que práticas de apoio mútuo, solidariedade ou mesmo de empatia, devem estar ancoradas na reciprocidade entre os sujeitos envolvidos, jamais através de relações desiguais de ajuda ou competições. Trata-se mesmo de uma ruptura com a lógica hegemônica e fatalista que faz crer que os indivíduos estejam a se enfrentar, como se atuassem em um ringue da vida, onde os mais fracos são aniquilados pelos mais fortes. Redimensionar essas práticas estabelecendo novos arranjos associativos, levando em consideração as particularidades e especificidades regionais, seus potenciais e fragilidades, faz parte da luta daqueles que buscam por emancipação e liberdade em dimensão coletiva.

Pensar no apoio mútuo sob a perspectiva de Kropotkin é enxergar um contraponto ao atual modelo predatório de destruição da natureza, dos humanos entre si e de si mesmos em última instância, fundamentalmente, em decorrência do “lucro a qualquer preço”, praticado pelas grandes organizações espalhadas pelo globo. De acordo com sua concepção: “quanto mais o princípio de solidariedade igualitária se encontra desenvolvido em uma sociedade animal e mais próxima do estado de hábito se encontra, mais possibilidade ela tem de sobreviver e sair triunfante. [...] Quanto mais sinta de cada membro da sociedade a solidariedade com qualquer outro membro dela, melhor se desenvolvem em todos, duas qualidades que constituem os principais fatores da vitória e de todo o progresso - a coragem por um lado e a livre iniciativa dos indivíduos por outro” (KROPOTKIN, 2021).

2.2 Emancipação para além da legalidade

Segundo dados da Agência-Brasil de notícias, o Brasil é formado, atualmente, por 5.570 municípios (incluindo DF). Na condição de unidades político-administrativas, os municípios brasileiros sofreram diversas alterações estruturais ao longo de sua existência. Instituídos por influência portuguesa, desde o período colonial, porém, subordinados a outras esferas de poder durante os últimos séculos e, somente no final do século XX - 1988, com a Constituição Federal - adquiriram a garantia ao status de ente autônomo federado. Deste modo, a emancipação político administrativa de um distrito o torna insubordinado ao município de origem, constituindo um novo município com governo próprio, câmara municipal, leis próprias, arrecadação de tributos e impostos.

Um estudo do Núcleo de Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento - NEMAD

- abordou a problemática envolvendo a emancipação de municípios face às regras estabelecidas pela legislação federal , em 2012, através de análises do movimento emancipatório de Taquaralto (posteriormente denominado como “Palmas Sul”), situado na região sul do município de Palmas, TO. A pesquisa foi subsidiada, desde sua concepção, a partir do olhar de lideranças, moradores locais mais antigos e integrantes do movimento emancipatório, que afirmam que a área teria servido como reduto de exclusão social, desprovida de estrutura urbana adequada e dos serviços públicos oferecidos na região central da cidade de Palmas, já no início de sua construção, no final de década de 1980. Evidenciando que esta não é uma questão isolada, aponta-se na literatura que a maior motivação para os processos emancipatórios que originaram novos municípios (54,2%), teriam sido o abandono desses distritos por parte de seus municípios de origem (MIRANDA, 2012).

As expectativas criadas sobre o movimento emancipatório se dão, essencialmente, sobre a convicção de que o auto gerenciamento atenda à demandas sociais no que diz respeito à infra-estrutura e prestação de serviços como saúde, educação, saneamento básico, limpeza urbana, etc, o que se reflete diretamente em melhoria na qualidade de vida da população local.

Ainda em 1996, após promulgação da Emenda Constitucional nº15 de 12 de setembro do mesmo ano, que estabeleceu novas normas para a criação, fusão, incorporação e desmembramento de novos municípios, o economista e geógrafo François Bremaeker alertava para os efeitos gerados pelas alterações, segundo ele, com evidente objetivo de se criar restrições ao surgimento de novos municípios, impondo dificuldades às comunidades localizadas fora das cidades em optar por formas autônomas de Governo (BREMAEKER, 1996). Ainda segundo Bremaeker, as motivações em torno da aprovação da Emenda se davam pela preocupação de alguns setores da sociedade em decorrência da retomada de processos de emancipação de municípios na década de 1980, coincidindo com o abrandamento do regime militar, que impôs restrições às criações de novos municípios por quase duas décadas. Desde então, foram impostos limites rígidos para a criação de novos municípios, muito provavelmente, por representarem antítese ao centralismo governamental que imperava no ambiente instalado no poder.

O estudo de Bremaeker, também demonstrou que a segunda maior motivação por processos emancipatórios (23,6%) se dá pela existência de uma forte atividade econômica local. Municípios de pequeno porte demográfico (os que possuem população inferior à 10 mil habitantes), obtêm seu principal aporte de recursos financeiros no Fundo de Participação dos Municípios - FPM - majoritariamente, devido ao fato de não possuírem receita tributária expressiva, essencialmente, por suas atividades tipicamente rurais, de baixo valor agregado.

O fomento à construção de bases territoriais sólidas fundamentadas nas potencialidades regionais e na estruturação de autonomias, se mostra parte importante

do caminho a ser trilhado na busca por emancipação para além da legislação vigente, notoriamente indiferente às principais dificuldades que afetam as populações rurais e camponesas, bem como, indígenas e quilombolas.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo é parte de um trabalho efetuado na região da Serra do Padeiro, através de iniciativa da Cooperativa Agropecuária Tupinambá Boiadeiro Indígena - CATUBOI, em parceria com o Fundo Casa Socioambiental, que busca consolidar ações já efetuadas no território. O Projeto Gameleira: plano de gestão ambiental e agroecológica da Serra do Padeiro, teve como objetivo, dentre outras coisas, integrar os núcleos produtivos já existentes na localidade através da cooperação, planejamento participativo e governança exercida por um conjunto de agentes que representem, não apenas os produtores, mas que conta com a participação dos jovens e das mulheres que integram a base de resistência da comunidade.

Dados obtidos através de coleta de informações efetuadas por jovens bolsistas do Colégio Estadual Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, evidenciam a importância das interações especificamente no que se refere à capacitação e formação de jovens lideranças para atuarem em benefício e fortalecimento do território: dos 17 núcleos produtivos entrevistados, 85% deles contam com a participação dos jovens da comunidade na produção e/ou beneficiamento de colheitas; e 70% dos que atuam nos núcleos produtivos recebeu formação técnica em agroecologia através do Colégio Estadual localizado dentro da comunidade que atende, não apenas as crianças e adolescentes Tupinambás, mas de mesmo modo, assentados e acampados nos arredores.

A garantia do sujeito de estudar em seu ambiente de convívio está diretamente relacionada ao mantimento de tradições locais, repasse de saberes empíricos ancestrais dissipados, em muito, em decorrência da adequação forçada do indivíduo ao ambiente escolar urbano, quase que totalmente desvinculado da realidade de quem vive em territórios rurais, indígenas ou quilombolas. Em seu livro “É a Terra que nos Organiza”, Cacique Babau (BABAU, 2022) traz relatos sobre estratégias com base em conhecimentos empíricos, que garantem a implantação de grandes empreendimentos e produção em larga escala, sem prejuízos ao bioma e garantindo vida digna aos seus habitantes (humanos e não humanos):

“É muito desgastante, porque nós, indígenas, vemos toda hora esse tipo de coisa. As pessoas que se dizem inteligentes, que constroem o saber, que ensinam, que vão à Marte, que fabricam tudo que é importante e não sabem o básico. Sabem o final, mas não sabem o começo. E aí é que está o problema. Não é que sejamos radicais ou que não queiramos expansão, crescimento e evolução tecnológica. Nós, Tupinambá, gostamos muito da evolução, mas devemos evoluir todos juntos, para a possibilidade de termos um país poderoso, onde não haja exclusão social, onde não haja fome, onde não haja violência extrema. (BABAU, 2022).

A partir das características consideradas fundamentais para a compreensão de um aglomerado de empreendimentos como um Arranjo Produtivo Local, é possível identificar o potencial organizativo e interativo dos núcleos produtivos em atividade na aldeia Serra do Padeiro em conformidade com os aspectos mencionados, bem como as demandas necessárias para consolidar ações que contribuam com o desenvolvimento do território, seguindo como referencial o modelo de organização de um APL.

A principal atividade exercida na comunidade, está relacionada ao cultivo de cacau e beneficiamento das amêndoas com finalidade de comercialização, mas que também abastece (ainda que em menor escala) a confecção de chocolate tradicionalmente produzido pelas mulheres Tupinambá, item de maior valor agregado que traz contribuições tanto na ampliação dos rendimentos quanto para o surgimento de novos postos de trabalho, além de trazer consigo aspectos profundos das tradições Tupinambá.

Por fim, não se pode deixar de mencionar sobre os impactos das mudanças climáticas (percebidas por todos os representantes de núcleos produtivos entrevistados) nas colheitas de cacau, uma vez que o excesso de chuvas - ou a falta delas - podem afetar tanto o volume da colheita quanto a qualidade das amêndoas, como também acarretar na perda de mudas e mesmo de árvores adultas. Tendo em vista a sazonalidade das colheitas (os períodos em que os frutos estão maduros, o que não ocorre em todos os meses do ano), se mostra crucial o fomento de outras atividades produtivas que permitam movimentar receitas nos intervalos entre-safras, demonstrando maior potencial o cultivo da mandioca para comercialização e produção de farinha, item também tradicionalmente produzido pelos Tupinambá desde os tempos mais remotos. Em oficina realizada com coordenadores dos núcleos produtivos a fim de compartilhamento e avaliação dos dados coletados, fica evidente a importância das interações para o melhor direcionamento das ações e verbas destinadas para investimentos coletivos.

Integrar conceitos de Arranjos Produtivos Locais aos processos de gestão territorial já existentes em comunidades estabelecidas nas diferentes regiões do país, não se trata da imposição de mais um pensamento totalizante e civilizatório para com essas regiões. Mais do que isso, é se utilizar das ferramentas e metodologias disponíveis para construir relações que contribuam com a estruturação de bases territoriais sólidas que venham a garantir suas autonomias - sem esquecer do envolvimento com órgãos públicos a fim de promover políticas que os permitam avançar - o que se torna crucial em seus processos de emancipação territorial para além das legalidades vigentes.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil tem 49 municípios com mais de 500 mil habitantes.** 2021. Disponível em: <<https://bdigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/politica/a-independencia-do-brasil/#:~:text=A%20emancipa%C3%A7%C3%A3o%20pol%C3%ADtica%20do%20>>. Acesso em: 22 julho. 2022.

- BABAU, Cacique (Rosivaldo Ferreira da Silva). **É a Terra que nos Organiza**. Belo Horizonte. Escola de Arquitetura da UFMG. 2022. p. 152.
- BREMAEKER, François E. J. **Limites à criação de novos municípios**: A Emenda Constitucional nº 15. Rio de Janeiro. **Revista de Administração Municipal**, v.43, nº219, abr/dez. 1996.
- CASSIOLATO, José Eduardo. et al. **Éxito y fracaso de las políticas de desarrollo productivo e innovación en Brasil**: estudios de caso de arranjos productivos locales. 2019. Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/images/Textos_Discussao_DIT/2019/Cassio_et_al_TD_03-19.pdf>. Acesso em: 15 junho. 2022.
- CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. **Território, Desenvolvimento Territorial e o “Novo Mundo Rural”**. Ponta Grossa, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/242197732_emancipacao_TERRITORIO_DESENVOLVIMENTO_TERRITORIAL_E_O_NOVO_MUNDO_RURAL>. Acesso em: 19 julho. 2022.
- Do Quilombo pra Favela - Alimento para a resistência negra (prévia)**. 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QgQkqt2auXc>>. Acesso em: 18 julho. 2022.
- ESQUERDA DIÁRIO. **A CRISE DOS ANOS 1970**: uma longa crise de superprodução. 2020. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/A-crise-dos-anos-1970-uma-longa-crise-de-superproducao>>. Acesso em: 22 abril. 2022.
- KROPOTKIN. Piotr. **Apoio Mútuo**: um fator de evolução. São Paulo. Biblioteca Terra Livre. 3º edição. 2021.
- MARCO. Município de. **Pólo moveleiro de Marco é referência**. 2021. Disponível em: <<https://marco.ce.gov.br/informa.php?id=110>>. Acesso em: 15 junho. 2022.
- MIRANDA. Nascimento Marques de. et al. **Emancipação de Municípios do Brasil**: uma análise a partir do movimento emancipatório de Taquaralto, área sul de Palmas (TO). 2012. Disponível em: <<354-Texto%20do%20artigo-1226-1-10-20121101.pdf>>. Acesso em: 23 julho. 2022.
- PASSETTI. Edson. et al. **Pandemia e Anarquia**. São Paulo. Editora Hedra. 2021.
- SANTOS. Luciano Damasceno. **Concorrência e cooperação em Arranjos Produtivos Locais**: o caso do pólo de informática de Ilhéus/BA. Salvador. 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/8929/1/Luciano%20Damasceno%2520Santos%2520s%20eg.pdf>>. Acesso em: 22 abril. 2022.
- SEBRAE. **Arranjo Produtivo Local - Série Empreendimentos**. 2017. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/arranjo-produtivo-local-serie-empreendimento-os-coletivos,5980ce6326c0a410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 22 abril. 2022.
- SUNO. **Deseconomia de escala**: entenda o que é e quando acontece. 2021. Disponível em: <<https://www.sun0.com.br/artigos/deseconomia-de-escala/>>. Acesso em: 15 junho. 2022.